

**O MONOLINGUISMO E A POLÍTICA INTERNACIONAL DE LÍNGUA: A
TRANSNACIONALIDADE E SEUS EFEITOS**

***THE MONOLINGUALISM AND THE INTERNATIONAL LANGUAGE POLICY:
TRANSNATIONALITY AND ITS EFFECTS***

Ewerton Rezer Gindri
Mestre em Linguística
Universidade de Cuiabá/Tangará da Serra
(ewertongindri@gmail.com)

RESUMO: O português torna-se, no século XIX, não só a língua do Estado, mas também a língua do cidadão brasileiro, que se significa através dessa relação simbólica entre história e sujeito, apagando as vozes de uma brasilidade anterior, que tinha nas línguas gerais sua discursividade. Os grandes colégios passaram a representar o ideal de cidadão brasileiro. Através da posição de autor, na produção do saber metalinguístico, especialmente na autoria das gramáticas, o Estado brasileiro passa paulatinamente a gerenciar a língua portuguesa falada em seu território. Por se tratar de uma questão política, a produção de saberes metalinguísticos, acompanhados paralelamente pela difusão dos Colégios, que (trans)formaram o ideário de cidadão, ocupam um lugar privilegiado, embora muitas vezes não percebido, na política do Estado burguês. Nesse texto, falaremos sobre a política linguística internacional do Estado brasileiro, usando-se para tanto a Análise de Discurso de Linha Francesa como aporte teórico. Faz-se antes uma digressão que possibilitará visitar alguns conceitos do que seria uma política linguística exterior, passando também por uma relação com o comportamento do Estado frente a outras línguas nacionais faladas em território brasileiro.

Palavras-chave: Monolingüismo; Política internacional de língua; Efeitos.

ABSTRACT: The Portuguese becomes, in the nineteenth century, not only the language of the state, but also the language of the Brazilian citizen, which it is meant through this symbolic relationship between history and subject, erasing the voices of a previous Brazilianness, which had the discourse in general languages. Large schools started to represent the ideal Brazilian citizen. Through the author's position in the production of metalinguistic knowledge, especially in the authorship of grammars, the Brazilian state begins, gradually, to manage the Portuguese language spoken in its territory. Because it is a political issue, the production of metalinguistic knowledge, accompanied in parallel by the dissemination of Colleges, which (trans) formed the ideals of citizen, occupy a privileged place, although many times not perceived in the bourgeois State policy. In this text we will talk about the international language policy of the Brazilian State, using for both the French Discourse Analysis as theoretical support. A digression is done before and this will enable to visit some concepts about what the language policy abroad could be, also passing by a relationship with the behavior of the State compared to other national languages spoken in Brazilian territory.

Keywords: Monolingualism; International language policy; Effects

Em trabalhos como os de Orlandi (2007), Orlandi (2009), Payer (1999) e, especialmente, Payer (2006), temos uma visão bastante esclarecedora do que foi a

política linguística no chamado Estado Novo, também conhecido como Era Vargas, que corresponde ao regime de Getúlio Vargas de 1937 a 1945. Percebe-se que devido ao caráter centralizador e autoritário do governo brasileiro nesse período, as instituições sofreram forte pressão e em especial a escola esteve sob a constante vigilância do Estado. As escolas que atendiam filhos de imigrantes passaram a ser coagidas de forma que a língua materna dessas crianças estivesse proibida e o uso do português passasse por um caminho que não é o da nacionalização da língua materna, mas o da construção de uma “consciência comum de brasilidade” (ORLANDI, 2009). Segundo a autora

Como a língua materna desempenha um papel importante na relação entre língua e nação, é contra a língua materna dos imigrantes que se lança Getúlio com seus decretos procurando assim no seu discurso militante nacionalista dar lugar a uma só língua materna, a brasileira, que em seu discurso é a língua nacional. (ORLANDI, 2009, p. 118)

Dessa forma pode-se dizer que o Estado Novo não estava disposto a gerir um espaço heterogêneo, mas buscou através de diferentes políticas de língua construir uma homogeneidade na qual o monolinguismo fosse evidenciado. Essa postura na política linguística nacional permaneceu mesmo após a abertura democrática e, em 1946, cria-se uma comissão para discutir o nome da língua falada no Brasil. Na década de 1950, apenas para citarmos dois acontecimentos, temos a decisão de que o idioma falado no Brasil é a língua portuguesa e a criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que demonstram a preocupação do Estado com a língua.

Trouxemos essa breve lembrança da Política Vargas, pois acreditamos que o que estava em jogo era o embate entre nacionalidades e não entre pessoas, de forma que a censura pela qual os imigrantes passaram não se relacionava diretamente as suas práticas individuais, mas a sua forma-sujeito, que deveria ser (re)significada de maneira que eles, e especialmente seus filhos, fossem brasileiros e não italianos, alemães, japoneses, libaneses etc. Contudo devemos “considerar como a dimensão de língua materna (cultural, familiar) e de língua nacional jogam ao mesmo tempo, e de modo tenso, cada uma a seu modo, na prática de linguagem” (PAYER, 2007, p.121) para não cairmos na ideia de que essas línguas foram

simplesmente apagadas, de que elas não significam hoje na brasilidade. Antes devemos perceber que suas memórias (PAYER, 2006) deixam vestígios, têm seus sentidos no monolinguismo oficial brasileiro. E é esse monolinguismo que tenta não ver os vestígios, não ouvir e nem dar voz às muitas línguas que o constitui que está se projetando no cenário internacional. Portanto, nesse sentido, esse trabalho não pretende demonstrar que a política linguística externa brasileira é monolíngue, mas perceber como ela significa a língua nacional brasileira de forma monolíngue ao mesmo tempo em que alardeia uma pluralidade cultural para o Brasil. O que está sendo apagado para que a língua brasileira seja o “português falado no Brasil”? Como se equacionam pluralidade cultural e monolinguismo na política linguística externa brasileira?

Da chegada dos primeiros colonizadores aos dias de hoje temos uma diferença abissal, e como nos lembra Mariani (2004, p.43) “discutir a instauração de uma política linguística supõe compreender, inicialmente, o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-linguística”. Uma das bases epistemológicas da Análise de Discurso é o Materialismo Histórico, por isso, ao estudarmos a trajetória da língua portuguesa no Brasil, levamos em conta a história e os acontecimentos discursivos que a significam. Ao fazer isso nos remetemos mais uma vez a Mariani (2004, p. 44) que diz: “uma política linguística resulta das condições históricas de relações entre línguas num dado momento em um dado espaço-tempo de práticas discursivas”.

O que inicialmente era uma política de língua para a colônia, logo passa a ser a gramatização do português no Brasil, que lhe dará uma memória própria, brasileira, fazendo significar de uma forma outra, como nos lembra Orlandi, especialmente em seu livro **Terra à Vista**. O processo de gramatização de acordo com Sylvain Auroux (2009) surge com o primeiro saber metalinguístico de uma língua dada e se estende indeterminadamente, nunca termina. Em nosso trabalho adotaremos a divisão feita por Guimarães (2004) e complementada por Zoppi Fontana (2009), a respeito da gramatização da língua brasileira, qual seja:

Primeiro momento: da “descoberta” até o início da segunda metade do século XIX. Nesse momento não há estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil;

Segundo momento: do início da segunda metade do século XIX até o fim da década de 1930. Nesse momento temos a publicação das primeiras gramáticas feitas por autores brasileiros, o debate entre autores brasileiros e portugueses sobre a língua e a criação da Academia Brasileira de Letras.

Terceiro momento: do fim dos anos 30 do século XX até a década de 1960. Para demarcar esse momento Guimarães aponta para a criação dos cursos de Letras e para a obrigatoriedade da linguística para estes.

Quarto momento: de meados de 1960 até hoje. Esse último momento é caracterizado pela institucionalização da Linguística e o surgimento de cursos de graduação e pós-graduação em linguística.

Zoppi Fontana chama a atenção para o fato dessa periodização começar com a ausência total de conhecimento metalinguístico produzido no Brasil e ir até sua institucionalização através da linguística. Entretanto, a mesma autora acrescenta um período que começaria nos anos de 1990 e estaria ainda hoje em desenvolvimento, o da transnacionalização do Português do Brasil. Nesse momento, haveria uma preocupação do Estado em projetar sua língua em novos espaços de enunciação. Dessa forma, a língua continua sendo a língua do Estado Brasileiro, porém ocupa novos espaços, projeta-se para além das fronteiras nacionais. De acordo com Zoppi Fontana (2009, p. 21-2)

A língua brasileira na sua dimensão transnacional é significada como instrumento de penetração do Estado e Mercado brasileiros em territórios para além de suas fronteiras nacionais. Não se trata, portanto, de uma língua sem Estado (franca, global, veicular ou sem fronteiras), mas da língua do Estado e da Nação brasileiros que ultrapassa as fronteiras expandindo o seu espaço de enunciação. Uma língua transnacional, portanto, definida pelos fortes laços de identificação com a história e identidade nacionais, reformulados pelos discursos de “internacionalização” e “mercantilização” que deslocam o sentido da língua nacional.

Percebemos que nesse momento surge um elemento característico dessa última fase do capitalismo, denominada por alguns de globalização ou pós-modernidade, o mercado. As Formas de Produção, em nosso caso a Forma de Produção Capitalista (FPC), no interior da técnica, desencadeiam relações de

produção que estão na base de multiformes e complexas relações sociais e políticas.

Em recente tese de doutoramento Lenadro Diniz, ao observar a política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade, usa os estudos de Varela (2006) para dizer que

Segundo a autora, embora os fenômenos de difusão “voluntária” das línguas, na esteira de projetos de expansão política, econômica e religiosa, sejam bastante antigos, não havia, até as primeiras décadas do século XX, aparelhos institucionais explicitamente encarregados de sua “gestão”. (DINIZ, 2012, p.41)

Ainda citando os estudos de Varela (*op. cit.*), Diniz destaca que a política linguística exterior nasce em países que têm em comum o fato de serem – ou terem sido – potências coloniais, porém logo essa disseminação voluntária da língua nacional torna-se uma prática presente em outras nações que não as ex-metrópoles e nas últimas décadas do século XX há

uma reconfiguração no cenário geopolítico internacional: novos polos emergem na busca de um lugar no jogo de forças do plano internacional. A Áustria torna-se uma concorrente da Alemanha na promoção do alemão; o Brasil passa a disputar com Portugal espaços na promoção do português, tornando-se, juntamente com a Venezuela, a Argentina e o México, dentre outros, atores de políticas linguísticas exteriores. (DINIZ, 2012, p.42)

Dessa forma é que podemos compreender a política linguística externa brasileira, implantada e caracterizadora dessa transnacionalização do português do Brasil, no âmbito de uma política externa do Estado brasileiro que visa uma projeção política, econômica e cultural do Brasil no quadro das nações desenvolvidas, pois “o custo de uma operação de expansão de uma língua sobre um território estrangeiro não se justificaria, entretanto, se ela não fosse concebida como uma espécie de “investimento a longo termo”, cujos objetivos serão medidos por outros critérios que não os puramente linguísticos” (*ibidem*, p.44).

No Brasil, o órgão de gestão dessa expansão da língua portuguesa falada no Estado está inserido no Ministério das Relações Exteriores, dentro do Departamento Cultural do Itamaraty, que segundo informações constantes no site do Ministério das Relações Exteriores “tem por função auxiliar a divulgação, no exterior,

da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil”. Corroborando com a tese de que as medidas de divulgação de uma língua nacional passam por questões não linguísticas temos a seguinte citação: “Com base em sugestões dos Postos, uma programação de iniciativas no exterior é examinada e definida no início de cada ano, levando-se em conta, entre outros fatores, as prioridades da política externa brasileira¹” (Idem). Podemos, pois, perceber que a divulgação da “língua portuguesa falada no Brasil”, além de estar intimamente relacionada à divulgação da cultura brasileira, tem sua expansão determinada pelas “prioridades” da política externa. Isso significa que a língua do Estado brasileiro não será divulgada tão somente considerando-se fatores linguísticos, tais como sua caracterização como língua de herança, ou o número de interessados em conhecê-la, mas nos interesses do Estado brasileiro, especialmente os que possibilitarem uma maior representação diplomática e conseqüente crescimento econômico.

Uma das características da atual fase do capitalismo é a ênfase na diversidade. Inúmeros são os exemplos. Nunca se falou tanto em diversidade e em aceitação e no campo da língua não é diferente. Seguindo a lógica do mercado globalizado, os Estados parecem não só estarem dispostos a reconhecer sua diversidade linguística, como também a gerenciar um maior número de línguas, com o intuito de fazê-las circular no mercado.

Eni Orlandi (2007) aponta para um recrudescimento do discurso sobre a língua no final do século XX e início do XXI, que seguindo a ideologia do culturalismo, que liga automaticamente língua e cultura, prioriza o multilinguismo. Nesse prisma parece não haver espaço para o monolinguismo. Esse gesto, contudo, segundo a autora, serve para opacificar o conceito de Estado e a questão da unidade, pois

A língua oficial é um dos lugares de representação de nossa unidade e soberania em relação a outras nações. Isso acontece mesmo em um momento como o atual em que a questão da mundialização, das nacionalidades e do multilinguismo está posta enfaticamente. (ORLANDI, 2007, p.59)

¹ Grifo nosso.

Em sua reflexão, Orlandi demonstra que a ideia do multilinguismo constrói a ilusão de que se reconhecendo as minorias estaríamos dando-lhes um lugar de igualdade, mas lembra que “reconhecer a existência de múltiplas línguas locais não realiza historicamente o multilinguismo” (ORLANDI, 2007, p.61). De acordo com a autora, enquanto em um lugar se valoriza o multilinguismo “em outro lugar, aquele que se sustenta na estrutura do poder que realmente decide, somos dominados pelo monolinguismo da língua do poder, o inglês”. Orlandi continua dizendo:

E mesmo se pensarmos em termos nacionais, de um país com suas diferentes línguas, percebe-se que há um “reconhecimento” imaginário das diferentes línguas mas pratica-se, com o apoio do conhecimento institucionalizado, uma língua, a língua nacional, aparatada pelo Estado para ser a língua oficial. (ORLANDI, 2007, p. 60)

Queremos entender que nesse movimento de fortalecimento interno da língua do Estado estão presentes também as ações que visam a transnacionalização da língua, atual estágio de gramatização.

Nesse momento, reforçemos, o Brasil procura mostrar-se ao mundo como legítimo gerenciador da língua portuguesa, pois além de possuir um saber metalinguístico, oferece-o aos demais Estados interessados em aprender a língua portuguesa. A língua do Estado passa a funcionar no/pelo mercado, pois é mercadoria, mas também canal para o fortalecimento do Estado brasileiro frente à comunidade internacional, através da expansão de sua cultura e economia.

Um exemplo dessa busca pelo gerenciamento da língua fora de seus limites é o Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), oferecido a cidadãos de outras nacionalidades e que visa avaliar e certificar o conhecimento da língua portuguesa. Na perspectiva discursiva que adotamos dentro da HIL, compreendemos, como Diniz (2012), que o Celpe-Brasil funciona como um Instrumento Linguístico. Os instrumentos linguísticos, marcam a passagem de uma sociedade de um conhecimento epilinguístico para um conhecimento metalinguístico, já que a escrita é a condição *sine qua non* para esses. Nesse caso, uma vez que a AD enriqueceu a compreensão da HIL no Brasil ao relacionar língua, Estado e sujeito, vê-se um sinal da passagem para o estágio da transnacionalização do português do Brasil.

Em uma das entrevistas realizadas para sua tese de doutorado, Diniz (2012) pergunta sobre a relação existente entre a divulgação da língua portuguesa e um possível retorno financeiro. Reproduziremos esse trecho, mesmo sendo extenso, pois nele encontramos mais indícios de que a divulgação do português está muito mais relacionada a motivos não linguísticos do que a eles.

Entrevistador: em que medida... você acha que essa política...pode ter um impacto... quer dizer... exportar o português... difundir o português no exterior... que isso pode ter um valor econômico pro Brasil?

Entrevistado: eu acho que traz... assim... não é... as ações não são feitas de maneira mesquinha... assim... ah vamos duplicar nosso volume de exportações para Moçambique se... se mais pessoas falarem português... não é pensado dessa forma... mas...pesa... mas pesa... como eu falei... a **a proximidade cultural – e a língua inclui isso aí... – facilita TODO o resto...** qualquer tipo de cooperação... seja **econômica**... seja... na cultura de sedes das empresas brasileiras no exterior... seja vender mais o que for... soja... aviões enfim... **aumentar o fluxo comercial...** seja **obter apoio político dos países pras causas que o Brasil acha importantes...** [...]²enfim... pra toda toda a quota da política externa...conta você ter influência... e você tem influência muito facilitado...não é só isso... mas **um dos fatores centrais sem dúvida é a língua...** é uma das coisas que fazem você [segmento ininteligível] muito fácil...pra França... além das [segmento ininteligível] econômicas... a cultura é um fator que faz com que a França tenha toda uma influência muito grande na África... quase assim por inércia... há 50 anos mais ou menos que eles já descolonizaram a África... mas a África continua muito voltada para a França... os estudantes franceses... os estudantes... da África francófona...querem... o sonho deles quase sempre... é estudar em Paris... ou em outro lugar na França... e isso em grau menor também...guardadas as proporções... mas acontece um pouco com o Brasil... o... o Primeiro Ministro de Cabo Verde estudou no Brasil...na Fundação Getúlio Vargas...e vários...várias das autoridades...os líderes econômicos políticos sociais etc... dos países lusófonos da África – às vezes até Portugal... mas principalmente os lusófonos da África – estudaram no Brasil...[...]política externa é feita não só de instituições... interesses nacionais... mas de pessoas... que colocam a experiência em prática... então acho que isso... isso sim... **é um ganho concreto... que traz... traz benefício de todo tipo... político mas também econômico...**acho que sem dúvida... sem dúvida também é econômico...[...]³

² [...] indica trechos suprimidos da entrevista.

³ Grifos do autor.

Após dizer que as ações para a promoção da língua portuguesa não são feitas de “maneira mesquinha”, o entrevistado irá argumentar, com o apoio da conjunção adversativa: “mas pesa”. Numa perspectiva discursiva teremos a presença de uma heterogeneidade na posição-sujeito, já que podemos dividir o enunciado em dois:

E. Não pensamos: vamos duplicar nosso volume de exportações para Moçambique se mais pessoas falarem português.

E’. Pesa para duplicar nosso volume de exportações para Moçambique o fato de mais pessoas falarem português.

Esse enunciado dividido traz a reprodução de já-ditos por parte do sujeito. O Brasil passa por uma fase de descolonização linguística, que segundo Orlandi (2009), pode ser entendida “como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (ORLANDI, 2009, p.172). E, contudo, parece haver na transnacionalização um movimento em direção a uma oferta, uma “difusão voluntária” (VARELA, 2006) da língua portuguesa que, no caso do Brasil, marcará nossa descolonização linguística.

Em sua resposta, o entrevistado traz ao seu enunciado o caso da ligação existente entre a França e suas ex-colônias na África. Argumentando a favor de uma suposta influência que esses países sofrem por parte da ex-metrópole, irá dizer que “acontece um pouco com o Brasil”. Ao elencar algumas autoridades que estudaram no Brasil, o enunciador dá visibilidade à crença que não é sua, mas do Estado brasileiro, ao qual ele representa enquanto diplomata, que essas pessoas seriam levadas a preferir o Brasil em detrimento de outras alternativas, para relações de qualquer natureza. Uma das contribuições da Análise de Discurso com a HIL é, como já falamos, relacionar língua, Estado e sujeitos. E, nessa entrevista, temos uma afirmação bastante interessante nesse sentido, quando se diz que “política externa é feita não só de instituições...interesses nacionais... mas de pessoas”. Ora, a língua nacional está diretamente ligada à constituição de uma forma-sujeito, isso ficou evidenciado nos estudos da HIL. Portanto, o que está sendo dito é que se pode

fazer também uma relação entre Estados através de seus sujeitos mediada pela língua nacional/transnacional. E é nesse contexto que podemos entender a criação de instrumentos para o ensino do português brasileiro para estrangeiros, como o Celpe-Bras; iniciativas para o ensino do português como língua de herança e cursos de licenciatura voltados ao ensino de português como segunda língua, pois “a gramatização, ou melhor, a endogramatização torna visível a historicização da língua e pode ser um instrumento no processo de descolonização” (ORLANDI, 2009, p. 173). Sobre isso, Diniz (2012) irá dizer que “da perspectiva da HIL, processos de instrumentalização e institucionalização como esses também promovem seus efeitos em termos de política linguística na medida em que (re)definem os sentidos que os sujeitos (brasileiros / estrangeiros) estabelecem com os espaços de enunciação implicados (nacional / transnacional), reconfigurando-os”.

Diz-se também que “a proximidade cultural – e a língua inclui isso aí – facilita todo o resto”. Percebemos que o pronome “todo” está nesse enunciado opacificando uma gama de sentidos, contudo a pergunta se referia ao econômico e é sobre esse que repousa a intencionalidade do locutor em busca de uma minimização das ações, de forma que a política não venha ser significanda exclusivamente pelo econômico, por isso o cultural é sempre mencionado. Entretanto, a enumeração do “resto”, de “qualquer tipo de cooperação” abrange exclusivamente ações políticas e econômicas, significativamente representadas pelos verbos “vender”, “aumentar” e “obter”.

A “proximidade cultural” passa a funcionar a partir da possibilidade de facilitar a “influência” sobre os outros países e isso é um benefício “político mas também econômico”. A partir dessa compreensão passaremos a analisar, a seguir, as relações bilaterais entre Brasil e Timor-Leste, especialmente os acordos que se refiram à política linguística, buscando perceber os efeitos de sentido dessa política na construção de uma língua transnacional.

Timor-Leste: aspectos gerais

Timor-Leste foi, desde o século XVI, colônia de Portugal, porém, ao contrário do que ocorreu com o Brasil, Timor-Leste não recebeu, por parte da metrópole lusitana, investimentos significativos nas áreas de urbanização ou

qualquer outro tipo de infraestrutura, seja política ou cultural. A citação de Duarte dá-nos a ideia de como era a ocupação portuguesa, em território timorense ao final do século XIX.

Uma paliçada [...] sem consistência nem condições defensivas de valor, a uma casa para o oficial, outra para o sargento, e barracas para cinco ou seis soldados europeus que constituíam a guarnição, conjuntamente com dez ou quinze moradores ou soldados [timorenses] de segunda linha. Não indo a sua ação além da área contígua ao forte, todo o interior, sem um comando, sem um posto que marcassem a soberania portuguesa, se encontrava entregue ao domínio dos régulos dos respectivos reinos, com os quais o poder colonial fazia alianças de circunstância. (DUARTE *apud* BETHENCOURT, 1998, p. 203-204).

Essa situação pouco muda com a chegada do século XX. Em 1975, recém desmembrada de Portugal, a parte leste da ilha é invadida pelas forças indonésias, que começam então um processo de destimorização. Durante o período em que esteve sob dominação indonésia, Timor-Leste sofre um dos maiores genocídios do século XX, ficando, proporcionalmente, atrás apenas do Holocausto Nazista. Torturas, violações e mortes passam a fazer parte da rotina timorense, contudo há resistência⁴. E essa resistência é finalmente ouvida pelo mundo, culminando em um plebiscito que decide pela independência. Essa decisão resulta em uma última e devastadora onda de ataques, organizados pelas forças indonésias e praticados pelas milícias pró-anexação.

Com o território devastado, sem estrutura, sem apoio e com a alma dolorida começa, em 1999, um movimento de (re)construção do país. Dentre as muitas decisões que deviam ser tomadas, talvez uma das mais angustiantes fosse escolher a língua da nova nação.

Como já mencionado, em Timor-Leste a participação da metrópole foi diferente do caso brasileiro. Se no território brasileiro a língua portuguesa se difundiu do litoral ao sertão em todas as classes sociais, de uma forma ou de outra, com exceções que não impediram a governabilidade do estado brasileiro em língua portuguesa, em Timor-Leste não foi assim. Na ilha asiática o ensino de português esteve sempre associado à religião. O catolicismo administrou a educação formal

⁴ Usamos o termo **resistência** com a acepção pensada por Orlandi (2012): “condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, fazendo sentido do interior do não-sentido”.

em Timor-Leste, contudo essa esteve durante a colonização portuguesa restrita a poucas regiões, nunca adentrando o interior. Dessa forma, e devido à política de alianças que Portugal desenvolveu com as lideranças locais, em 1975 poucas pessoas falavam a língua de Camões no interior do país, ficando essa restrita às instituições governamentais e religiosas e aos poucos letrados do país. A língua de uso corrente a época, e ainda hoje, dentre as várias faladas no interior, é o Tétum.

Com a invasão indonésia, e a conseqüente tentativa de destimorização, o povo foi obrigado a estudar e usar a língua de Jacarta, a Bahasa Indonésia. Uma vez que Jacarta considerava Timor-Leste parte de seu território, sua língua passa a ser a oficial. O Tétum continua a ser tolerado, contudo a língua portuguesa foi proibida. Dessa forma, em 1999, o português praticamente inexistia na vida da maioria dos timorenses. Poucos dos que tinham nascido antes da ocupação indonésia ainda o usavam, e aqueles que nasceram durante os 24 anos de ocupação nem mesmo o conheciam.

Devemos lembrar aqui as palavras de Orlandi (2002, p. 21) que nos diz

[...]na perspectiva discursiva, o sujeito, ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Da mesma maneira é que vemos na construção da língua nacional um paralelo dessa relação, de tal modo que podemos dizer que na construção do imaginário social a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado.

Por isso, escolher a língua para o Estado que nascia era uma tarefa das mais delicadas. Optou-se por duas línguas oficiais: o português, língua de colonização, e o Tétum, língua local. Não iremos aqui analisar essas escolhas, pois focaremos a participação brasileira no ressurgimento da língua portuguesa na ilha, contudo consideramos esse assunto altamente relevante para a compreensão de Timor-Leste.

Ao escolher a língua portuguesa como língua de estado, Timor-Leste inscreve-se naquilo que se convencionou chamar lusofonia. Dessa forma, Timor-Leste consegue com um só gesto se ligar a sua história e enunciar de dentro de um espaço econômico e culturalmente promissor. É pela hegemonia nesse espaço, ao

mesmo tempo linguístico e econômico, que entendemos haver um esforço por parte do estado brasileiro. Como parte desse esforço encontram-se, em nosso ponto de vista, as relações bilaterais entre Brasil e Timor-Leste, das quais falaremos abaixo.

Relações bilaterais Brasil-Timor-Leste

Embora possamos estabelecer uma linha temporal anterior à independência timorense, iremos aqui citar apenas algumas das diversas relações bilaterais, especialmente as que possuem ligação com uma política linguística do Estado Brasileiro, todas posteriores a 1999. Essa escolha poderá parecer, ao olhar de um leitor familiarizado com o assunto, relapsa. Entretanto, acreditamos que será suficiente para esse espaço e objetivos propostos. Começamos com a solicitação de Xanana Gusmão, em março de 2000, do apoio brasileiro na área de educação.

Essa solicitação é respondida efetivamente através da assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002. Como frequentemente ocorre, o discurso sobre a língua está, nesse caso, inserido dentro de uma formação discursiva que versa prioritariamente sobre o desenvolvimento da nação, dando uma ênfase à educação. Contudo, como veremos, logo se reveste de certa autonomia, pois ligar-se-á mais à questão da forma sujeito timorense que ao desenvolvimento econômico e cultural do país. Para a educação é dado conceito e objetivos ligados ao desenvolvimento do país, demonstrando uma preocupação do novo governo com a (trans)formação de Timor-Leste em um país que esteja equiparado a seus pares no mundo da globalização.

Considerando a importância da cooperação entre ambos os países no campo educacional, Reconhecendo que a **educação é** pilar fundamental para alcançar a consolidação da democracia e o desenvolvimento social e econômico dos países; Conscientes de que a **educação deve** dar respostas aos desafios surgidos pelas transformações decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global [...]⁵. (Acordo de Cooperação Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de Timor-Leste)

⁵ Grifo nosso.

Podemos perceber que através do verbo “é” o documento procura estabelecer os limites do sentido de educação. A educação é atrelada ao desenvolvimento e especialmente à democracia. Contudo devemos lembrar que o documento fala da educação escolar, dessa forma deixando de fora a educação tradicional, muito presente em algumas regiões da ilha. Também apaga nesse momento do documento o fato de que a educação escolar timorense esteve a serviço do estado indonésio, dessa forma ligada a um regime visto como opressor pelo novo governo e pela maioria da população. Se podemos afirmar isso, pois é notória a ligação da escola ao estado, como aparelho ideológico desse, fica implícito também que o que se deseja é uma nova educação, uma nova escola. Se a escola anterior estava a serviço de Jacarta, deve-se agora pensar uma escola que esteja comprometida com uma formação discursiva democrática e timorense. Por isso, o verbo “deve” busca estabelecer as funções para a educação timorense. Interessante notarmos que os objetivos da educação estão mais ligados aos desafios do mundo globalizado que àqueles oriundos da situação nacional, ou seja, ligam-se a uma imagem almejada.

No artigo V do mesmo documento, fica estabelecido que “cada Parte Contratante incentivará a criação e o funcionamento no território da outra Parte de instituições que promovam a difusão da língua portuguesa e de suas respectivas culturas”. Percebemos que embora ambas as partes tenham em seus territórios outras línguas sendo faladas, a língua portuguesa é o denominador comum a ser ressaltado nas relações. Da mesma forma, a cultura a ser difundida é a cultura de/em língua portuguesa, já que rádios, músicas e telenovelas brasileiras serão ouvidas em todo o Timor-Leste.

Outro ponto interessante que iremos ressaltar nesse documento e que se repete nos demais é o fecho. Nele, a língua portuguesa é reafirmada como língua oficial de ambos os governos, silenciando, assim, as demais línguas faladas nos referidos países.

Feito em Díli, em 20 de maio de 2002, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos. (Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste. Díli, em 20 de maio de 2002.)

Nesse momento não há nenhum artigo especificando a responsabilidade do Brasil pelo ensino da língua portuguesa, mas os professores brasileiros são convidados a participarem da elaboração de planos e programas governamentais timorenses, e terão que elaborar materiais didáticos de uso tanto de professores quanto de alunos timorenses em língua portuguesa. Nesse mesmo ano de 2002 o Brasil assina o acordo de cooperação Técnica com Timor-Leste e esse se torna o oitavo membro da CPLP.

Em novembro de 2004, o Brasil envia 50 professores brasileiros a Timor-Leste. Embora esses professores não fossem todos professores de língua portuguesa e que esta estivesse também sendo ensinada por professores portugueses, temos aí um forte gesto de autoridade por parte de Portugal no Bacharelato de Emergência, como foi chamada uma espécie de licenciatura curta, a presença do português brasileiro se faz perceber pela questão quantitativa.

A sociedade timorense parece buscar através de seu governo afirmar-se como país independente e capaz de inserir-se no mercado internacional. Sua inscrição na CPLP é uma tentativa de historicizar-se a partir do mundo europeu. Orlandi (2002) nos lembra que: “a) a identidade é um movimento na história e b) o Estado, a Língua, a Sociedade, a Cultura se constituem de uma diversidade concreta, mas se representam em uma unidade imaginária”. Por isso que Timor-Leste, ciente de sua pluralidade concreta, busca uma unidade imaginária e, tal como ocorreu em outras colônias, agarra-se à língua para encontrá-la, bem como a sua história⁶.

No caso das relações com Timor-Leste, e isso vale para as demais relações bilaterais instituídas pelo Brasil, a língua que é levada para esse cenário é a língua portuguesa. Não se fala em língua brasileira ou em língua do Brasil, mas em língua portuguesa. Que efeitos de sentido são construídos nessa nomeação? A associação feita entre a língua portuguesa e a cultura brasileira nas relações internacionais são condizentes com a política linguística do Estado em seu próprio território?

⁶ Aqui lembramos que o governo timorense “escolhe” uma história para filiar-se, já que não há uma só, como nos ensinam tantos autores, tais como Tcheskiss, Foucault e Henry.

Mesmo considerando que a Constituição Federal, no artigo 13, estabelece que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, e que a questão do nome da língua está dessa forma fora da agenda parlamentar, entendemos que a manutenção do nome “Língua portuguesa” nos documentos brasileiros funciona hoje como um canal pelo qual pode-se significar o político, mediante instituições e sujeitos na política externa do Estado.

Compreender o uso do conceito de lusofonia por essa perspectiva é uma forma de pensar a manutenção de um termo que como diz Orlandi (2009) “preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal”, já que “não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia”.

É também por esse caminho que pensamos a nomeação do organismo difusor da política linguística brasileira no exterior a “Divisão de Promoção da Língua Portuguesa”, pois ainda segundo Diniz (2012) “nos discursos oficiais da DPLP, as designações “língua brasileira”, “português do Brasil” ou “português brasileiro” são praticamente inexistentes”. Quanto à associação feita entre a língua portuguesa e a cultura brasileira, percebe-se essa aproximação tanto nos documentos da política externa quanto naqueles veiculados dentro do território nacional. A diferença talvez se dê na ausência nos documentos da DPLP de uma menção explícita à diversidade linguística do território nacional brasileiro, ou mesmo da influência dessa na cultura nacional.

Enquanto na política internacional de língua do Brasil percebemos a construção de um espaço político monolíngue idealizado e homogêneo, ligado à transnacionalização da língua portuguesa do Brasil, em seu próprio território o Estado brasileiro apresenta uma defesa da diversidade, procurando legitimar através de políticas afirmativas, a participação de diferentes culturas na formação da brasilidade.

Como percebemos nos enxertos acima, a política linguística está frequentemente ligada ao fator cultural. O Estado procura recorrer a um discurso sobre cultura para pacificar a questão linguística, pois através de um ideal de cidadão brasileiro, vindo da mistura de diferentes raças, pode-se silenciar as diferenças linguísticas através do ensino da língua nacional e da peculiarização das

variantes, ou das marcas linguísticas presentes em comunidades brasileiras nas quais a língua portuguesa não é a língua materna. Contudo, esse processo não exclui a possibilidade de o Estado intervir nessas línguas, não somente para apagá-las, como no caso da política vargas, mas também com o intuito de gerir essas línguas.

Hoje podemos encontrar autores que advogam a favor de uma nova fase do capitalismo, na qual os meios de produção estão radicalmente alterados se os compararmos com os do capitalismo do início do século XX. Chama-se essa fase de capitalismo *just-in-time*. Nesse momento, o sistema fordista de produção sofre profundas transformações, de sorte que a própria concepção de mercado passa por uma releitura. Nesse novo modelo os pequenos nichos, que outrora seriam menosprezados por serem numericamente insignificantes, passam a representar uma alternativa para as vendas, podendo, em algumas circunstâncias, servirem de prenúncio para uma nova tendência.

Segundo Gómez (2001, p. 84)

Efetivamente, não apenas se modificou a estrutura de produção do campo para a cidade e da agricultura para a produção simbólica, de como a divisão tradicional de setores, de espaços e tempos reservados às diferentes atividades. Ao mesmo tempo e no mesmo espaço, o indivíduo da sociedade global pode estar produzindo, comercializando e consumindo.

Essa mudança nos espaços, com certeza se estende também aos espaços de enunciação, que deixarão seus limites territoriais para alcançar novos falantes em nações que lhes convierem economicamente, em um movimento de transnacionalização que tem como viés linguístico a produção de uma metalinguagem voltada ao ensino da língua nacional para estrangeiros, como já mencionamos, e em seu viés econômico volta-se à venda de produtos simbólicos e a expansão da presença nacional brasileira a partir de seu idioma.

Nesse caso temos um paradoxo, pois a presença de uma forma monolíngue de política internacional para a língua parece contrariar a tendência de uma valorização da diversidade, constante, por exemplo, na criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Nesse quesito há uma contradição, que do ponto de vista discursivo é exatamente o que proporciona o real da história,

estamos nos referindo ao fato de que no Decreto de criação do INDL, no artigo 3º, diz-se que “a língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”. No entanto, mesmo a política internacional de língua no Brasil estando sob a tutela do Departamento Cultural, não encontramos em nosso corpus de análise nenhuma menção a essas “referências” da cultura brasileira. Muito pelo contrário, o órgão responsável por essa política chama-se “Divisão de Promoção da Língua Portuguesa”.

A respeito do multiculturalismo da forma atual do capitalismo, Gómez (2001, p. 28) irá dizer que mesmo apregoando-se o respeito às diferenças e aderindo à justaposição cultural, à mestiçagem e ao interculturalismo

O jogo real de intercâmbios comerciais de objetos e informações na sociedade global de livre mercado não conduz à aceitação da diferença e da diversidade em sua versão original, nem à igualdade radical de oportunidades no intercâmbio cultural, mas à imposição sutil dos padrões culturais dos grupos com poder econômico e político e à divulgação selecionada da cultura e dos pensamentos alheios, “estranhos”, fronteiriços, que em sua versão light podem, inclusive, se transformar em lucrativas mercadorias.

Dito isso, podemos então pensar que uma política que visa à divulgação de uma língua não poderá ser implantada sem antes se levar em conta fatores de ordem político-econômica, como já falamos. Esses fatores, contudo, parecem se relacionar de maneira especial com a diversidade linguística real do território brasileiro, de forma que mesmo que se fale de um inventário nacional e que as línguas inventariadas serão referências, essas línguas significam diferentemente, bem como suas circulações possuem valores diferentes, que fazem com que em determinado momento elas sejam divulgadas, em outros, apagadas. A esse respeito Orlandi (2009) irá perguntar: “o que significa falar essas línguas face à língua nacional? Teriam estes falantes o estatuto de cidadãos, ou apenas o de “usuários”?”.

Considerações

Pudemos, nesse caso, observar que a cultura está sempre relacionada à política linguística, especialmente, à internacional. Contudo, a cultura da diversidade linguística brasileira, aquela referida no INDL, não é enunciada; antes, fala-se da

língua portuguesa. Mesmo quando essa é relacionada à cultura brasileira ou predicada como tal, não possuíamos ainda uma menção à diversidade linguística do território nacional. Refere-se, portanto, a “uma diversidade monolíngue, a diversidade em língua portuguesa”.

No balanço da política externa 2003-2010, afirma-se que “com o objetivo de promover o ensino sistemático da Língua Portuguesa no exterior, bem como de contribuir para a difusão internacional de nossa cultura, o Departamento Cultural (DC) mantém a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx)”. O objetivo é já no início expresso: promover o ensino sistemático da língua portuguesa. Essa meta é instrumentalizada pela Rede Brasileira de Ensino no Exterior. Percebe-se que a conjunção coordenativa “bem como” produz um efeito de diferenciação entre o “ensino sistemático da língua portuguesa” e “a difusão internacional de nossa cultura” através da ideia de adição. Esse fato corrobora a tese de que

a imposição de uma cultura sobre outras não se restringe à época dos impérios. Em cada período histórico, renovam-se as formas de dominação e se especializam os mecanismos de intervenção, de modo que a imposição etnocêntrica se torna mais sutil e invisível, acomodada às exigências e às possibilidades de cada época. (GÓMEZ, 2001, p.35)

Acreditamos que com a alteração das formas de produção capitalistas ocorridas nas últimas décadas, que leva o centro da produção para o campo da informação, enfatizando dessa forma a produção de conhecimentos mais do que o acúmulo de estoques, pregue-se uma igualdade que não carrega o(s) mesmo(s) valor(es), pois as línguas que agora foram mercantilizadas, acreditando-se que todas as línguas estão ou interessam pelo mercado, não circulam nem significam da mesma maneira. A língua nacional ainda preserva sua primazia frente às outras e é ela a escolhida pelo estado para circular nos meios transnacionais.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. – 2 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior** / Leandro Rodrigues Alves Diniz. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade**. Trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B. S. C. **Colonização linguística; Brasil (séculos XVI a XVIII) e estados Unidos da América (século XVIII)**. 01. ed. Campinas: Pontes Editores, 2004. v. 01. 187p .

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6^a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas, Editora RG, 2009.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2002.

PAYER, M. O. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.

_____. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística no Brasil**, Campinas, SP. Pontes Editores, 2007.

VARELA, L. **La politique linguistique extérieure de la France et ses effets em Argentine. Contribution à une théorie de la politique linguistique**. Thèse de doctorat (Sciences du Langage) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2006.

ZOPPI FONTANA, M. G. (Org.). **O português do Brasil como língua transnacional**: Campinas, Editora RG, 2009.

<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/diplomacia-cultural/divulgacao-da-cultura-brasileira-no-exterior-1/print-nota> >. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa/view> consultado em 19 de outubro de 2012.

Recebido em 03 de março de 2015

Aprovado em 14 de dezembro de 2015